

Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense *

Artur de Freitas Pires Neto¹
César Ajara²

Palavras-chave: royalties do petróleo, norte fluminense, polos de desenvolvimento, dinâmica territorial.

Resumo

O trabalho focaliza as transformações sócio-espaciais e demográficas em curso no Norte Fluminense, expressas na mudança do centro de gravidade demográfico, no perfil sócio-econômico da população, bem como, no movimento emancipacionista, que originou a criação de novos municípios em função dos recursos advindos dos *royalties* do petróleo.

Para tanto, são analisados indicadores relacionados à dinâmica populacional, à infraestrutura-social, ao mercado de trabalho e à geração de riquezas, com ênfase nos principais pólos de atração de mão-de-obra e de investimentos da região, os municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé, no período de 1991 a 2000.

Os resultados encontrados evidenciam o impacto tanto da instalação da base de operações da Petrobras em Macaé, quanto do pagamento das indenizações governamentais, os *royalties*, na elevação da capacidade de alavancagem dos municípios em suas respectivas dinâmicas de desenvolvimento local. Ressalta-se, contudo, que a internalização desses benefícios não parece estar atuando, com a mesma intensidade, na redução dos níveis de exclusão social existentes na região. Fica também evidente a fraca expressão dos investimentos voltados à diversificação do tecido produtivo regional em base auto-sustentada.

1

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006’. Adaptado da dissertação “Transformações sócio-espaciais no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos hidrocarbonetos”, defendida no Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais ENCE/IBGE, em outubro de 2005, sob a orientação do professor Dr. Cesar Ajara.

¹ Tecnologista Senior do IBGE/DI

² Pesquisador Titular do IBGE/ENCE

Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense

Artur de Freitas Pires Neto
César Ajara

Contemporaneamente, as práticas espaciais se definem sob os reflexos de uma sociedade cada vez mais dinâmica. Inserido em um contexto de capitalismo global com novas formas de acumulação de capital e da nova economia de mercado, o mundo atual tornou-se dependente da velocidade de circulação dos fluxos – pessoas, mercadorias, serviços, capital e informação – diante da necessidade de atender a interdependência entre os mercados. Este fato acaba por exigir maior articulação entre os setores produtivos, que tendem a se ordenar de forma subordinada às demandas desse novo modo de produzir.

Neste cenário, torna-se de suma importância uma busca ininterrupta pelas inovações e pelos recursos que conduzam ao desenvolvimento, em que alguns elementos assumem uma posição de destacada importância no processo de adaptação a esta nova conjuntura, dentre eles, o petróleo, conforme descrito na citação abaixo:

O papel que a indústria petrolífera desenvolve atualmente no mundo vai muito além do desempenho de suas unidades de operação – aparentemente isoladas em alto mar ou na imensidão dos desertos – ou ainda da importância de seus derivados para o consumo. Esta atividade e seus efeitos multiplicadores apresenta a capacidade de interferir diretamente nas dinâmicas sócio-espaciais do lugar em que está estabelecida, em qualquer parte do globo (SOUZA, 2004).

Os vultosos investimentos voltados para pesquisa e desenvolvimento do setor petrolífero no Brasil, a partir de meados do século XX, produziram um grande avanço neste setor, principalmente a partir da década de 1980, com a grande evolução das tecnologias de prospecção em águas profundas e, posteriormente, ultraprofundas. Como consequência, houve um aumento de suma importância na capacidade de produção, que atinge nos dias atuais mais de 1.500.000 barris de óleo por dia em águas continentais no Norte Fluminense

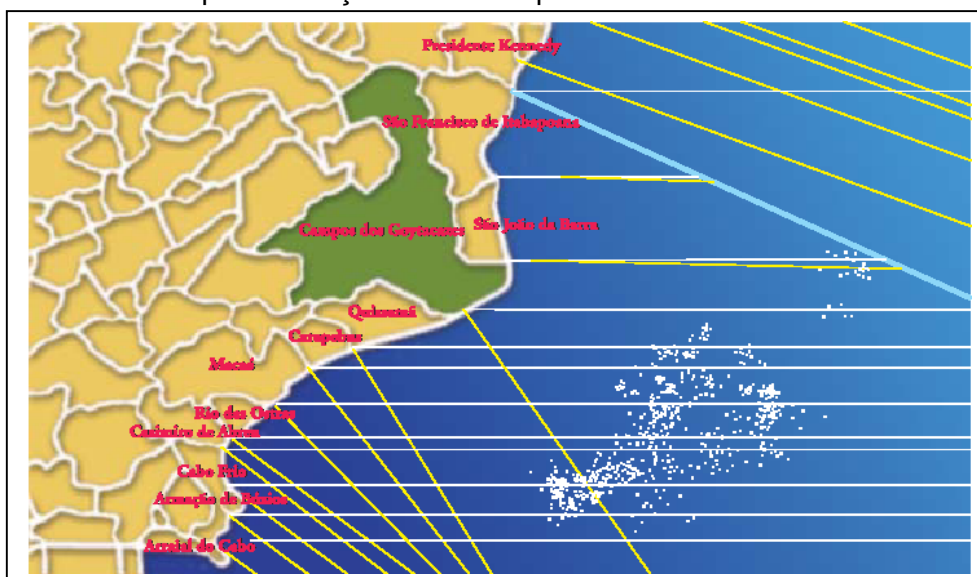
Pela exploração e produção de petróleo e gás natural dentro dos limites de seu mar territorial, o estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses que conformam a “região” da Bacia de Campos recebem uma compensação financeira estabelecida em lei, os *royalties*, cujos critérios de distribuição determinam que 10% do volume total da produção serão distribuídos às esferas federal, estadual e municipal, sendo que 22,5% desse montante se destinam aos municípios.

As receitas dos *royalties* atingem valores consideráveis, representando um incremento significativo nos orçamentos das prefeituras dos municípios que compõem a zona de produção principal, chegando a alcançar, em alguns casos, mais de 50% da receita correspondente aos orçamentos anuais (SOUZA, 2004).

Os municípios classificados como pertencentes à zona de produção principal, ou municípios produtores, são aqueles cuja localização física se enquadra dentro dos limites das linhas paralelas ou ortogonais traçadas a partir das linhas de seu território, o que lhes confere uma relação de contigüidade com a área marítima onde estão localizados os poços produtores.

A Figura 1 ilustra os critérios de “linhas ortogonais” e “linhas de bases retas” que definem os municípios confrontantes, beneficiados com o pagamento de *royalties*.

Figura 1 - Critérios para definição dos municípios confrontantes – bacia de Campos



Fonte:ANP

A chegada dos *royalties* associada ao crescimento acelerado da produção de petróleo na bacia de Campos, além do “determinismo físico presente na definição dos municípios produtores” (SERRA & PATRÃO, 2003), fizeram germinar “sementes de competição intra-regional” (PIQUET, 2003). Como consequência, verificou-se um movimento emancipacionista com a criação de novos municípios, desmembrados de áreas de municípios antigos que integram a zona de produção principal. No Norte Fluminense, Cardoso Moreira (desmembrado do município de Campos dos Goytacazes), Quissamã (desmembrado do município de Macaé), Carapebus (desmembrado do município de Macaé), São Francisco de Itabapoana (desmembrado do município de São João da Barra); na região das Baixadas Litorâneas, Armação dos Búzios (desmembrado do município de Cabo Frio) e Rio das Ostras (desmembrado do município de Casimiro de Abreu).

Em um segundo momento, verifica-se uma redefinição das alianças locais. Há a criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – OMPETRO que congrega nove municípios de diferentes regiões de governo, sendo cinco da região Norte Fluminense e quatro das Baixadas Litorâneas.

As atividades petrolíferas e para-petrolíferas, assentadas em vultosos investimentos, se caracterizam, também, pela geração de empregos diretos e indiretos voltados a diversos perfis de trabalhadores, cuja remuneração varia em função do grau de qualificação apresentado. A distribuição espacial desses trabalhadores reproduz um processo de segregação sócio-espacial pautado, de um lado, na ocupação dos espaços pouco valorizados por parte das camadas sociais desfavorecidas que se agrupam em bairros pobres e favelas e, de outro, numa ocupação movida pelos mecanismos de auto-segregação das classes de maior poder aquisitivo, a exemplo dos condomínios de luxo em áreas valorizadas.

Todavia, a abertura de novos postos de trabalho significou um importante aumento na circulação financeira da região e, por consequência, um rápido aparecimento de novos atores em setores da economia, como comércio e serviços.

A presença de migrantes, nacionais e estrangeiros, atraídos pelo crescimento da economia na região promoveu uma mudança nos padrões de consumo regional que se

evidencia pela emergência de uma cultura econômica moderna, com a instalação de grandes redes de supermercados, restaurantes, e *shopping-centers* (SOUZA, 2004).

A Petrobras, ao se instalar na praia de Imbetiba, tornou a cidade de Macaé um centro de apoio logístico da atividade *offshore*, passando com isso a atrair, não só a maioria das empresas ligadas especificamente à atividade petrolífera na região, como também empreendimentos decorrentes do desenvolvimento local, com fortes reflexos em sua área de influência, principalmente na cidade de Rio das Ostras. Em consequência, a presença de novos grupos de influência, ligados a atividades empresariais urbanas, reproduz o surgimento de locais mais “afeitos ao moderno” em um espaço regional historicamente voltado para atividades tradicionais.

Em contraste, encontra-se na região a presença viva de grupos tradicionais ligados a atividades agrárias, com destaque para a atividade canavieira. O município de Campos dos Goytacazes, por exemplo, tem demonstrado dificuldades para uma reconversão econômica, mantendo ainda hoje uma estrutura social, política e econômica voltada para atividades agropastoris, conforme descrito no trecho a seguir:

A Mesorregião Norte Fluminense se estruturou em função de uma atividade agrícola importante – o cultivo da cana-de-açúcar, associado ao processamento local de matéria-prima. O cultivo e a transformação da cana-de-açúcar passaram, ambos, por uma evolução tecnológica que alcança mais expressão na fase de consolidação de um setor sucro-alcooleiro que não atingiu, contudo, os níveis de modernização, eficiência e competitividade observados em outras áreas canavieiras nacionais (AJARA, 2006).

Alguns municípios, como Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo, apresentam reconhecidamente vocação econômica para o turismo,. Esses municípios direcionam os recursos advindos dos *royalties* para os investimentos em infra-estrutura, fortalecendo cada vez mais as atividades voltadas para o turismo e o lazer. Um novo contexto sócio-econômico e político se apresenta, então, sugerindo uma nova análise da hierarquia urbana da bacia de Campos e, mais particularmente, do Norte Fluminense, à medida que Macaé e Rio das Ostras se desenvolvem com rapidez ao abrigar serviços e atividades que tendem a produzir uma mudança do centro de gravidade da região, historicamente voltado para Campos dos Goytacazes (SOUZA, 2004).

Nos dias atuais, a produção de petróleo no Brasil alcança níveis mais altos do que em muitos países membros da OPEP, como a Argélia e o Qatar, por exemplo. A bacia de Campos, com uma produção superior a 85% da produção nacional, se coloca no grupo das regiões mais importantes da economia mundial do petróleo.

Com a obrigatoriedade dos pagamentos de *royalties* estabelecida em lei, alguns municípios da região Norte Fluminense, como Campos dos Goytacazes, Macaé e Quissamã, passaram a concentrar recursos advindos do pagamento de *royalties* que os colocam em posição privilegiada quando observamos a relação de “*royalties* e participações especiais acumulada no ano”,. Dentre os dez municípios que mais se beneficiam do recebimento de *royalties* no Brasil, oito estão localizados na área de influência da Bacia de Campos.

As lideranças locais percebem, então, a necessidade de um comportamento político mais cooperativo, para a defesa dos interesses dessa “região”. Este fato dá ensejo à criação da OMPETRO congregando, no ato de sua constituição, os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras (pertencentes à região das Baixadas Litorâneas) e, Campos do Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra (pertencentes à região Norte Fluminense). Desses, apenas Carapebus não aparece no *ranking* dos dez maiores beneficiários, no ano de 2000.

Conforme Piquet (2003, p.226), “a região de governo referida como Norte Fluminense, corresponde a um recorte regional anterior, que toma como referência a produção sucro-alcooleira” e se compõe dos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. A definição de “municípios produtores de petróleo”, que são aqueles confrontantes com os poços de produção, não contempla os municípios mais interioranos, o que conduz a uma exclusão dos municípios de Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana e acaba por promover uma redefinição das alianças políticas locais.

Uma comparação dos valores de *royalties* per capita entre os municípios que compõem a região da OMPETRO e alguns municípios brasileiros permite aquilatar a importância desses recursos. Por exemplo, de acordo com Piquet (2003, p.225), no ano de 2001, o município de Belém registrou um orçamento per capita da ordem de R\$ 394,00; Niterói ficou com R\$ 780,00 e São Paulo com R\$ 912,00. Segundo Rodrigo Serra, para o mesmo ano, o orçamento anual médio per capita dos municípios brasileiros foi de R\$ 575,00. Para o período 2002/2003, segundo o mesmo autor, o município de Quissamã alcança um orçamento anual per capita de R\$ 6.814,00, Carapebus R\$ 4.365,00, Armação dos Búzios R\$ 3.050,00, Macaé R\$ 2.492,00, Casimiro de Abreu R\$ 2.262,00 e Campos dos Goytacazes R\$ 1.113,00.

Figura 2 - Municípios que compõem a OMPETRO



Fonte: IBGE

Nesta “nova região” representada na figura 2, pode-se destacar localidades com diferentes potencialidades. Os municípios de Cabo Frio, Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu possuem forte vocação turística. Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra concentram suas potencialidades na agroindústria. Apenas Macaé apresenta-se realmente vinculado às atividades petrolíferas. Nos demais, é praticamente inexistente a participação de empresas no setor que representa o principal vetor da economia regional, deixando entrever um descompasso tecnológico e gerencial entre o complexo petrolífero e a economia dos demais municípios, o que significa, segundo Piquet (2003, p.231): “Um *gap* entre as ambições das lideranças regionais e as características atuais da estrutura econômica, que se manifesta em um baixo grau de confiança e de cooperação, entre os atores locais”.

Um foco nos municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé

A participação da atividade petrolífera na economia dos municípios do Norte Fluminense foi um fato transformador para uma região, cuja reprodução do espaço esteve sempre vinculada à economia canavieira. Com a presença da Petrobras, Macaé marca uma nova etapa do seu desenvolvimento. Uma ascensão econômica que a diferencia de seu entorno, evoluindo de uma economia pesqueira e pecuarista para um contexto industrial de alta tecnologia, torna Macaé pólo de atração regional.

Campos dos Goytacazes, com uma economia ancorada pela atividade sucro-alcooleira, além de indústrias do setor alimentício, é um tradicional centro de desenvolvimento da região. O setor de serviços oferece oportunidades para grande parte da população economicamente ativa atendendo às populações da maioria dos outros municípios.

Conforme Carvalho e Totti (2003, p.301):

Tendo em vista que as atividades econômicas e a população não se distribuem de maneira homogênea no espaço, algumas localidades destacam-se por sua maior concentração econômica e demográfica, desempenhando o papel de pólos de desenvolvimento ou de lugares centrais.

Deste modo, será feita uma análise na escala local, destacando os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, visto que os demais municípios da região, mais voltados para a atividade agrícola, apresentam menor grau de desenvolvimento econômico do que aqueles voltados para indústria, comércio e serviços. Com vistas a uma caracterização socioeconômica, será feita uma análise comparativa entre os anos de 1991 e 2000, focalizando os aspectos demográficos, os da infra-estrutura, os da renda por faixa de salário, os do emprego por setor da economia e o dos domicílios em áreas de favelas.

As transformações no perfil sócio-econômico

Segundo Denise Terra (2004, p.9):

O crescimento demográfico dos municípios da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos foi mais expressivo do que o do Estado do Rio de Janeiro e o do Brasil entre 1991-2000. No entanto, este crescimento não se deu de forma homogênea, tornando-se um primeiro indicador da dinâmica desigual entre os

municípios desta área. (...) Os municípios integrantes da Região de Governo denominada Baixadas Litorâneas (...), apresentou um crescimento demográfico mais significativo do que os municípios pertencentes à Região Norte Fluminense.

A região Norte Fluminense, cujos municípios costeiros pertencem a esta zona de produção principal, apresentou entre os Censos Demográficos de 1991 e 2000, uma taxa anual de crescimento de sua população da ordem de 1,51%. O crescimento populacional desta região, segundo Ervatti (2003, p.92), “caracteriza-se por apresentar municípios com altas taxas de crescimento, como Macaé, Carapebus e Quissamã (mais de 3% ao ano), e outros com baixo crescimento ou mesmo perda populacional, como o município de Cardoso Moreira (-018% ao ano)”. Apresenta também no ano de 2000 uma taxa de urbanização superior à média nacional.

Com base nos dados dos Censos Demográficos dos anos de 1991 e 2000 do IBGE, será feita uma análise comparativa dos aspectos demográficos, para o período assinalado, entre os municípios e o estado do Rio de Janeiro.

Na comparação dos efetivos populacionais, entre os anos de 1991 e 2000, nos municípios da região observa-se uma elevação considerável no município de Macaé com um crescimento populacional próximo de 32%. Segundo dados do IBGE, este município apresenta a maior taxa média anual de crescimento populacional do Norte Fluminense no período, 3,91%. Destaca-se ainda uma concentração populacional, em seu distrito sede, que acomoda mais de 90% do total da população do município que, em 2000, alcança 132.461 habitantes.

Considerando a forte atração exercida pela atividade petrolífera neste município e o seu crescimento demográfico inferior a Cabo Frio (6,17%), Armação dos Búzios (6,33%), Rio das Ostras (8,07%), Denise Terra (2004, p.10) sugere que a alta especulação imobiliária em Macaé pode estar levando os trabalhadores a morar em municípios vizinhos.

Campos dos Goytacazes apresenta uma taxa média de crescimento anual de sua população de 0,89%, inferior à média regional. Conforme Terra (2004), é um crescimento reduzido se comparado aos municípios da zona de produção principal da bacia de Campos e da “expectativa de vultosos investimentos diante do volume de *royalties* e participações especiais recebidos”. Acompanhando a tendência regional, observa-se também, neste município, uma perda significativa de efetivo populacional na área rural, próxima de 35%.

Conforme dados do IBGE, no que se refere ao deslocamento intra-estadual de população, entre os anos de 1995 e 2000, Campos dos Goytacazes recebeu um total de 8.358 habitantes originários das diversas regiões do estado do Rio de Janeiro, enquanto Macaé recebeu 11.572 imigrantes. Segundo Ervatti (2003, p.123), no Norte Fluminense os imigrantes ocupados, no Censo 2000, representavam 41% do total, entre os inativos contava-se 49%, e 9,9% encontravam-se à procura de emprego.

Ainda segundo Ervatti (2003, p.93):

Os movimentos migratórios intraestadual resultaram em um saldo negativo para o Norte Fluminense. A meso das Baixadas foi a grande responsável por este resultado. (...) aqueles que moravam no Norte Fluminense em 1995 e em 2000 residiam nas Baixadas, somavam 8891 pessoas; enquanto que os que saíram das Baixadas para morar no Norte fluminense somavam 2.043 pessoas. Não fossem os imigrantes vindos da Metropolitana Rio, a perda poderia ser ainda maior.

Segundo o IBGE, o crescimento do serviço de abastecimento de água por rede geral, o de coleta de lixo e o de esgotamento sanitário ligado à rede geral ou por fossa séptica, ocorreu em todas as regiões do País, porém de forma desigual.

As Regiões Sudeste e Sul, no ano de 2000, foram as que continuaram apresentando os melhores percentuais de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água – 88,3% e 80,1%, respectivamente. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os percentuais mais baixos – 48% e 64%, respectivamente. Na Região Sudeste houve um avanço na área rural de domicílios abastecido por rede geral, passando de 11,17% em 1991 para 22,2% em 2000.

Na coleta de lixo, no período entre os levantamentos de 1991 e 2000, nas Regiões Sudeste e Sul, os percentuais alcançaram 90,3% e 83,6%, respectivamente. Observando-se apenas as áreas urbanas, estas mesmas regiões registraram percentuais ainda mais altos – 96,4% no Sudeste e 97,2% no Sul. Os altos custos de coleta de lixo na área rural levam a que os municípios, nessas áreas, lancem mão da opção de enterrá-lo ou queimá-lo. Em 1991, o lixo enterrado na área rural representava 31,6%. No ano de 2000 esta proporção aumentou para 52,5%.

Da mesma forma que nos serviços de abastecimento de água e coleta de lixo, o serviço de esgotamento sanitário para domicílios ligados à rede geral de coleta ou com fossa séptica também apresenta os melhores percentuais nas Regiões Sul e Sudeste, porém, com números menos elevados. A Região Sudeste apresenta uma elevação de 74,0% em 1991 para 82,3% no ano de 2000, enquanto a Região Sul registra 53,4% em 1991 e 63,8% em 2000. Os domicílios que não dispõem de instalação sanitária, no conjunto do país, alcançam na área rural um percentual de 35,0%.

Com relação ao abastecimento de água ligado à rede geral, no Norte Fluminense, o município de Macaé destaca-se com os melhores índices. No ano de 1991 iguala-se ao estado do Rio de Janeiro com percentual levemente superior aos 83%, superando-o no ano de 2000 com um índice de 89,39%, enquanto o índice do estado manteve-se no mesmo patamar. Com relação à região, Macaé apresenta índices bem superiores tanto no ano de 1991 quanto no ano de 2000, com um incremento, neste período, próximo de 60% no número de domicílios com abastecimento pela rede geral. Deve-se ressaltar, como veremos mais adiante, que Macaé obteve um acréscimo de domicílios em favelas, sem infra-estrutura, fato que não comprometeu seus percentuais elevados de domicílios atendidos pela rede geral. Para os domicílios atendidos por poço ou nascente nota-se uma significativa redução de 14,10% para 8,32% no período em análise.

Quanto à coleta de lixo, nota-se que, entre os anos de 1991 e 2000, este serviço teve uma significativa melhora na região, passando a apresentar percentuais mais próximos daqueles do estado, que registrou 84,43%. A coleta direta que, em 1991, atendia 95.122 domicílios (62,28%), no ano de 2000 passa a atender 159.289 (81,22%) de um total de 196.117 unidades.

Em 1991, Campos dos Goytacazes apresentou um índice de 65,37% de domicílios atendidos pela coleta direta, superior à média regional (62,28%), em relação ao total geral de domicílios particulares permanentes. Macaé com 76,75% apresenta um percentual superior ao apresentado pelo estado (71,22%).

No ano de 2000 a média regional, na coleta direta, elevou-se para 81,22%, superada pelos dois municípios de maior expressão da região: Campos dos Goytacazes – 86,09% – e Macaé – 91,84% –, embora a tabela mostre uma melhora neste serviço em todos os municípios da região.

Observa-se também um declínio importante, tanto na região como nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, em termos percentuais em todas as demais formas de destinação do lixo, principalmente na queima e no despejo em rio, lago ou mar, embora ainda se verifique, em termos absolutos, um número significativo de domicílios que se utilizam da queima de lixo na propriedade, ou seja, 27.375 domicílios no total da região (anexos e3 e 4).

Verifica-se, na prestação de serviços de esgotamento sanitário, que, entre os anos de 1991 e 2000, não houve uma melhora significativa na região, que apresenta percentuais muito distantes daqueles registrados pelo estado para domicílios ligados à rede geral – 62,51%. Este serviço, no Norte Fluminense que, em 1991, atendia 49.724 domicílios (32,55%), no ano 2000 passa a atender 78.256 (39,90%), de um total de 196.117 domicílios particulares permanentes. Em 1991, o município de Macaé, isoladamente, apresentava índice (63,07%) de domicílios ligados à rede geral, em relação ao total geral de domicílios particulares permanentes, superior ao registrado pela região (32,55%) e pelo estado (43,78%). Todavia, não apresenta uma melhora significativa para o ano de 2000, registrando um índice de 66,58%, levemente superior ao registrado no início da década.

Do mesmo modo, não registra melhoria no atendimento deste serviço público, quando se observa o escoamento de esgoto por fossa rudimentar, com insignificante queda de 10,32%, em 1991, para 9,66%, em 2000, além de escoamento para rio, lagos e valas, que, somados, apresentam cerca de 3.000 domicílios (anexos 5 e 6).

O município de Campos dos Goytacazes apresenta situação inferior à de Macaé. Em 1991, sua rede geral de esgotamento sanitário atendia 25.839 domicílios particulares permanentes (26,99%). No ano de 2000, passa a atender 38.812 domicílios (34,64%), um crescimento pouco expressivo, principalmente se considerarmos que os domicílios de sua área urbana, conforme dados do IBGE, passaram de 80.298, em 1991, para 100.366, em 2000, ou seja, um acréscimo de 20.068 domicílios (25%). Desses, apenas 12.973 ligaram-se à rede geral.

Também na forma de escoamento por fossa rudimentar, não houve melhora significativa, com um leve declínio no período, passando de 35.799 domicílios em 1991, para 33.812 domicílios em 2000, mantendo ainda cerca de 6.000 domicílios com despejos em vala, rio, lago ou mar.

Utilizando-se dos dados dos censos demográficos do IBGE nos anos de 1991 e 2000, é possível avaliar a evolução da população residente em favelas, bem como dos domicílios ocupados nessas áreas, nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé. Os demais municípios da região não registram estas modalidades de habitação.

Em 1980, segundo Pessanha (2004, p.308), a cidade de Campos dos Goytacazes possuía 13 favelas. No Censo Demográfico de 1991 foram identificadas pelo IBGE, neste município, 30 favelas, número que se manteve no censo de 2000. Esse crescimento foi ocasionado pelo desemprego no campo, que expulsou o trabalhador rural, levando-o a procurar oportunidades na periferia das cidades onde se instalaram. Todavia, do ano de 1991 até o ano de 2000, observa-se um ligeiro decréscimo, tanto no número de domicílios ocupados em favelas, quanto no número de moradores nesses domicílios em Campos dos Goytacazes. Em 1991, eram 5.184 domicílios para 22.648 moradores; em 2000, verifica-se um número de 18.081 moradores para 4.639 domicílios. A relação moradores por domicílio caiu de 4,37 no ano de 1991 para 3,90 no ano de 2000.

No município de Macaé, ao contrário de Campos dos Goytacazes, no mesmo período, observa-se um aumento significativo do número de moradores e de domicílios nas áreas de favelas. Destaca-se um incremento acima de 100% no número de domicílios e, também, uma total concentração desses no distrito sede, com um aumento próximo da mesma

ordem de grandeza no número de moradores. Todavia observa-se um decréscimo na média de pessoas por domicílio.

Uma comparação entre os números observados nos anos de 1991 e 2000, mostra que o percentual de domicílios em favela na região Norte Fluminense sofreu elevação quase desprezível, passando de 5,25%, em 1991, para 5,40%, em 2000. Em 1991, nota-se que o percentual de domicílios em favela de Campos dos Goytacazes (5,41%) seguia a tendência da mesorregião. Já no ano de 2000, observa-se um leve decréscimo daquele percentual, mostrando que Campos dos Goytacazes apresenta uma pequena “desfavelização”.

Em situação oposta, Macaé, em 1991, apresentava 10,50% de domicílios em favelas, ou seja, um percentual duas vezes maior do que o índice da região à qual pertence, mostrando uma concentração expressiva em seu distrito sede. Para o ano de 2000 estes números elevam-se ainda mais, chegando a uma total concentração em seu distrito sede com um percentual de 16,79, o que significa 15,68% se considerado o município em sua totalidade. Esses percentuais são três vezes maiores do que aquele encontrado para a região Norte Fluminense. Dentre os fatores com possibilidades de explicar este fenômeno, pode-se apontar uma maior procura da população de menor faixa de renda pelas oportunidades oferecidas pelo município de Macaé visto a intensificação de sua economia provocada pela atividade petrolífera.

Nos últimos anos, as explicações para o aumento do número de domicílios em favelas têm se apoiado no êxodo rural ocasionado pelo esvaziamento das áreas de produção agrícola na região. Associam-se a este fato as oportunidades de ganhos em atividades de menor qualificação, como empregos domésticos, biscates e os da atividade informal, nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé com o início das atividades petrolíferas, além de Rio das Ostras com a intensificação das atividades de turismo, que se desenvolvem de maneira acelerada, a partir das receitas advindas dos *royalties* do petróleo, e que têm também apresentado um elevado índice de favelização, registrando, no ano de 2000, 21.237 moradores em favelas para uma população de 36.161 habitantes.

Ao analisar a distribuição do número de empregos formais por faixa de salário na região, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, verifica-se um acréscimo, em maior ou menor escala percentual, desde a faixa de 1,01 até 2,00 salários mínimos até a faixa que vai de 7,01 a 10,00 salários mínimos. Porém, destaca-se, de maneira mais clara, que é na faixa que vai de 1,01 até 3,00 salários mínimos que se encontram as maiores concentrações e os maiores aumentos percentuais de vagas para trabalhadores. Em 1990, esta faixa totalizava 33.869 postos de trabalho representando 42,75% do total regional. Em 2000, nessa faixa registravam-se 52.113 postos, passando a significar 52,83% do total. Em números absolutos, houve um aumento de 18.244 vagas, ou seja, um acréscimo de postos de trabalho entre os anos de 1990 e 2000, na faixa em referência, da ordem de 53,87%.

A faixa que vai até 1,00 salário mínimo apresenta um declínio de 18,58% no período analisado. Todavia, as reduções mais significativas ocorrem nas faixas mais altas, de 15,01 a 20,00 salários mínimos e mais de 20,00. Grupando-as, em 1990, encontram-se 7.562 postos que decrescem para 4.068, em 2000. Percentualmente, esses totais representam um declínio de 9,54% para 4,12% em relação ao número total de empregos formais. Em números absolutos, uma perda de 3.494 empregos, ou seja, 46,20% do total das vagas nas faixas salariais mencionadas.

Entre os anos de 1991 e 2000 a região Norte Fluminense apresentou um acréscimo de 19.410 vagas, passando de 79.230 para 98.640 no período, representando um aumento de 24,50%. Observando-se a evolução por município, por cada faixa de salário, destaca-se o melhor desempenho de Macaé, nas variações positivas da oferta de trabalho na região. Entre anos de 1991 e 2000, Macaé ofereceu 14.216 novos empregos, ou seja, um incremento de

62,75%. Na comparação entre os anos de 1991 e 2000, nota-se que este município obteve ganhos em todas as faixas, exceto na de até 1,00 salário mínimo e acima de 15,01 salários. A maior concentração de ofertas de trabalho formal manteve-se na mesma faixa de 1,01 a 3,00 salários em 1990, com 6.688 vagas e, em 2000, com 13.350 vagas. O maior percentual apresentado em relação aos demais municípios, na oferta total de trabalho formal, deixa muito visível o maior dinamismo de seu mercado de trabalho na região.

Campos dos Goytacazes, outro município com “peso” na região obteve ganho, ainda que importante, apenas nas faixas que vão de 1,01 até 2,00 e 2,01 até 3,00 salários-mínimos, com redução em todas as demais. Nestas faixas, grupadas, a oferta de vagas passou de 23.110, em 1990, para 31.476, em 2000. No total geral de vagas no município, houve um pequeno decréscimo, registrando um declínio de 875 vagas.

Observando-se a evolução da oferta de empregos formais no período entre 1990 e 2000, nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé verifica-se um declínio contínuo da oferta de empregos, entre os anos de 1995 e 1999, com uma razoável recuperação no ano de 2000 no município de Campos dos Goytacazes. Em contrapartida, o município de Macaé apresenta uma oferta crescente de postos de trabalhos, durante o mesmo período, chegando a alcançar um índice de 125,39%, enquanto Campos dos Goytacazes apresenta um índice de apenas 1,56%.

Campos dos Goytacazes parece estar emergindo lentamente de um longo processo de decadência econômica em função da crescente arrecadação dos *royalties*. Entretanto, de acordo com CEFET/NEED (2001):, “observamos que essa recuperação deveu-se muito mais à melhoria dos aspectos macroeconômicos nacionais do que ao próprio dinamismo das atividades econômicas locais impulsionadas pelos novos recursos”.

Conforme CEFET/NEED (2002b):

A estagnação econômica de Campos, agora com tendência de reversão, e o crescimento de Macaé, refletidos na contínua geração de postos de trabalho formal, pareciam não estar sendo influenciados significativamente pelos poderes públicos municipais de forma endógena. Mesmo em Macaé, percebeu-se que o crescimento deveu-se mais aos investimentos privados exógenos nas áreas de petróleo e telecomunicações do que à intervenção pública.

Deve-se destacar um fato de suma importância ao compararmos os dois municípios. Macaé, em 2000, com uma população de 132.461 habitantes, ofereceu 37.975 postos de trabalho formais, enquanto Campos dos Goytacazes ofereceu 47.741 para uma população de 406.279 habitantes (CAGED/RAIS). Um fato histórico para o município de Macaé viria a acontecer no ano seguinte, quando Campos dos Goytacazes foi ultrapassado por Macaé no número de postos de trabalho. Nesse ano, o número de postos formais em Macaé subiu para 51.095, enquanto Campos dos Goytacazes registrou apenas uma pequena elevação nos seus postos de trabalho, com 47.944 empregos formais.

É possível observar a relação inversa entre a arrecadação de *royalties* e a oferta de postos de trabalhos formais, o que induz à conclusão de que esses recursos não parecem estar contribuindo para o processo de geração de empregos e renda. A estagnação da oferta de empregos em Campos dos Goytacazes, entre 1995 e 2001, não acompanha o crescimento do volume de *royalties* pagos. Neste período, os valores de *royalties* crescem de R\$ 2,5 milhões para mais de R\$ 195 milhões enquanto a oferta de empregos cresce de 47.206 para 47.944 postos de trabalho. Em Macaé, no mesmo período, a oferta de empregos apresenta um incremento de 28.426 postos de trabalho, passando de 22.669 para 51.095 empregos com carteira assinada, pouco mais de duas vezes, enquanto os montantes de *royalties* apresentam

crescimento de quase 25 vezes, ou seja, de pouco mais de R\$ 4,5 milhões para quase R\$ 115 milhões.

Segundo Penalva (2003, p.101),

existe uma percepção praticamente consensual segundo a qual a economia fluminense atravessou um longo período de estagnação, que se agravou nas décadas de 1970 e 1980, mas que começa a ser parcialmente superada com a retomada de uma nova etapa do seu processo de desenvolvimento econômico.

Na década de 1980 a economia fluminense chegou a ceder para o estado de Minas Gerais a posição de segundo maior PIB no ranking nacional das economias estaduais. Todavia, a partir da metade da década de 1990, a economia vem dando sinais significativos de recuperação.

De fato, o setor primário, a agropecuária, tem participação pouco significativa para a composição da produção fluminense. O setor terciário tem aumentado sua participação no PIB fluminense, com significativa importância para o setor de telecomunicações. O setor secundário revela-se mais significativo. Apesar de a indústria de transformação ter perdido peso em termos de geração de produto e de empregos, o segmento de extração mineral vem aumentando de forma intensa a sua participação na economia estadual. Segundo artigo publicado pela UNICAMP em 31/01/2003, no período entre os anos de 1994 e 2000, “a indústria fluminense cresceu 26%. Se o petróleo fosse excluído dessa conta, essa expansão se transformaria numa queda de 1,3%, segundo dados da Fundação Cide”.

A evolução do Produto Interno Bruto registrada nas diversas Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro, nos levantamentos da Fundação CIDE, revela a importância da produção de petróleo na Bacia de Campos na composição da produção fluminense.

A Fundação CIDE, ao fazer o levantamento do PIB municipal, dissocia os valores da produção de petróleo, da bacia continental, no Norte Fluminense, da produção dos municípios confrontantes, comumente tratados como municípios produtores. Do mesmo modo, também não leva em conta os valores dos *royalties*, ao considerar que estes são parcela da produção de petróleo, o que configuraria uma dupla contabilização de valores. Deste modo, os valores da produção de petróleo são considerados como PIB da “região” Bacia de Campos.

A produção de petróleo na Bacia de Campos alcança, no ano de 2003, uma participação em torno de 15% na composição do PIB do estado, com uma elevação de seus valores superior a 12 vezes em relação a 1996. Em 1996 essa participação percentual apresentava-se em torno de 3,5%.

Observa-se ainda um crescimento de mais de 600% no PIB da cidade de Macaé entre os anos de 1996 e 2003, ficando visível a força da atividade petrolífera na cidade de Macaé, seu principal vetor econômico. Em 2003 Macaé apresenta PIB per capita quase três vezes superior ao da Região Norte Fluminense. O fato de este município vir apresentando nos últimos anos elevados índices de crescimento populacional torna mais significativo o percentual de crescimento apresentado por seu PIB per capita no período.

Os desafios à gestão do território

Nas décadas de 1950 e 1960, os discursos sobre o tema do desenvolvimento enunciavam firmemente uma crença que colocava o Estado como “o condutor de uma

política de superação dos desequilíbrios regionais, que se consolidaram na grande expansão econômica do pós-II Guerra Mundial” (PENALVA, 2003, p.32). Uma proposta que se consubstanciava no papel do investimento e do crescimento econômico, conduzidos pelo Estado, que cumpria como ator principal o papel de “investidor, planejador, regulador e protetor do mercado interno e da indústria nacional. Assim, ao desenvolvimento se associava a industrialização e uma metodologia sobre como planejar” (PIQUET, 2003, p.220).

Era um planejamento tecnocrático que pretendia atribuir funções e definir o destino das regiões, centrando as propostas de investimentos e de crescimento econômico, na intenção de alcançar o máximo de crescimento para o país, nas zonas de maior produtividade próximas dos mercados consumidores. O Estado seria o agente regulador das tendências de mercado e, desta forma, o planejamento regional estaria circunscrito ao planejamento nacional.

A acumulação de capital que ocorria então era muito mais localizada em seu circuito de reinversão do que é hoje. As empresas cresciam em cada planta produtiva e se esperava que durassem décadas. A figura do ‘enclave’ – entendido como empreendimento dirigido ao exterior e separado do seu entorno – era uma forma de investimento malvista (PIQUET, 2003, p.220).

A partir da década de 1980, a interdependência crescente da economia mundial modificou a forma de acumulação do capital, que passa a ter grande ubiquidade e deixa de ser “um capital localizado em seu circuito de reinversão” (PIQUET, 2003, p.220), passando, a partir de então, a se articular cada vez mais livremente em escala global e cada vez menos pelas escalas nacional e regional. Como consequência deste fenômeno, restou às cidades e às regiões competirem por esses investimentos, oferecendo vantagens ao capital na tentativa de inserir-se na linha da oportunidade dos grandes negócios de empresas nacionais e transnacionais.

Deste modo, vem se reforçando, sobremaneira, a tendência de competição entre as cidades, fazendo com que os governos locais sejam vistos como agentes responsáveis pela indução do crescimento em seus espaços.

Nesta nova ótica da aplicação do capital, conforme Piquet (2003, p.221)

os investimentos de tipo ‘enclave’ são aceitos com tranqüilidade, embora se saiba que muitos não mobilizam nem induzem mudanças de qualidade no aparelho produtivo local. Abandona-se a perspectiva do desenvolvimento nacional e espera-se que, com a descentralização, os governos locais produzam o milagre de resolver os problemas de emprego e renda, os ambientais, os da miséria e tantos outros, e garantam ainda a governabilidade do sistema.

No Brasil, os programas neoliberais levaram à privatização do patrimônio público, passando o controle de setores importantes da atividade econômica para as mãos de empresas vinculadas a países centrais. Todavia, este liberalismo não proporcionou maior crescimento, provocou sim um aumento das desigualdades sociais e regionais.

Tem -se verificado, então, que um número crescente de estados, regiões e cidades vêm se articulando e tomando medidas na tentativa de atrair atividades econômicas, oferecendo incentivos às empresas para que se instalem em seus territórios. Ao mesmo tempo em que se estabelecem novas estratégias competitivas, destaca-se simultaneamente a importância atribuída à cooperação e às parcerias entre agentes regionais.

O Norte Fluminense enquadra-se nessa mudança de pensamento sobre o

desenvolvimento, posto que, ao ver-se inserido na economia-mundo, pouco afeita ao local, a partir da descoberta de petróleo em seu litoral, rompe com seu passado de região protegida pelo Estado-Nacional e fechada por sua elite no período da agroindústria açucareira (PIQUET, 2003, p.223).

As atividades de exploração e produção de petróleo traduzem-se em um complexo que emprega mão-de-obra qualificada, nos meios técnico e superior, e provocaram um redirecionamento das ações de formação e qualificação profissional da região, diante da possibilidade de reter parte da mão-de-obra qualificada que se deslocava, em busca de oportunidades, para outros centros (CRUZ, 2003, p.7).

No aspecto territorial, foi no município de Macaé, onde circula a maior parte do dinheiro mobilizado na exploração e produção de petróleo na bacia de Campos, que se fizeram sentir os maiores impactos, tanto em termos urbanísticos como sobre o mercado de trabalho. Para a região, no entanto, o impacto mais significativo é a injeção maciça de *royalties* e as participações especiais nos orçamentos dos municípios da região. Apesar de os poços de exploração da bacia de Campos se localizarem em plataforma continental, a legislação brasileira, ao associar a localização do poço ao território costeiro para fins de pagamento de *royalties*, tornou a região uma das maiores beneficiárias dessas indenizações.

Deste modo, alguns municípios, como Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã e Carapebus, concentram esses recursos, que os colocam em posição privilegiada no que se refere às possibilidades de investimentos na esfera local. Campos dos Goytacazes e Macaé alcançam a maior arrecadação de *royalties* em valores absolutos no ano de 2000. No ano de 2001, Macaé, Carapebus e Quissamã destacam-se por figurarem entre os melhores orçamentos per capita do país.

Macaé, que de pequeno balneário transformou-se em cidade média com uma dinâmica produtiva totalmente renovada, ligada aos circuitos mundiais da economia, porém muito “encharcada” de petróleo, precisa garantir a competitividade para as imensas oportunidades no setor petrolífero. Todavia, não pode perder de vista que sua riqueza provém de um recurso finito, e faz-se, então, premente a necessidade de diversificar sua estrutura produtiva, de forma a preparar-se para a era pós-petróleo. Conforme Monié (2003, p.276-277),

O processo de industrialização/urbanização reorganiza a estrutura produtiva e o espaço regional, em detrimento do campo e em benefício dos municípios costeiros que recebem os maiores fluxos de investimento produtivos recursos financeiros e trabalhadores. No entanto este movimento não afeta o litoral de forma homogênea. A cidade de Macaé, por abrigar a totalidade das instalações terrestres da indústria petrolífera, sofre sem dúvida os maiores efeitos da reestruturação em curso.

A instalação da base de operações da Petrobras no município de Macaé para exploração e produção de petróleo e gás natural na bacia de Campos representou um marco inicial de um processo de grandes mudanças na estrutura produtiva regional. Conforme Nascimento (1999, p.26-29), até meados da década de 1970, a economia deste município se baseava na agroindústria açucareira, na pecuária leiteira, na pesca artesanal e em algumas indústrias de bens de consumo de pequeno porte, apresentando, deste modo, uma estrutura produtiva caracterizada pelo predomínio das atividades primárias, que empregavam 78% de sua população economicamente ativa, gerando, porém, apenas 17% da renda municipal.

A Petrobras ao se instalar em Macaé proporcionou também a oportunidade de instalação de novas empresas de serviços e indústrias terciárias, o que representou, segundo

Monié (2003, p.271), “uma ruptura na formação histórica da estrutura produtiva e territorial local que rapidamente se estende ao regional”.

Um dos primeiros impactos que podemos destacar neste município, provocado pela presença da indústria petrolífera na bacia de Campos, é o seu crescimento populacional. Em 1970, conforme o Censo Demográfico do IBGE, a população de Macaé contava com 55.358 habitantes. No ano de 2000, esse número cresce para 132.461. Suas taxas de urbanização variaram, no mesmo período, de 61,1% para cerca de 95%.

Além do que o incremento populacional proporcionado pela contratação de mão-de-obra fora da região, a redistribuição da população do interior rural, do norte e noroeste fluminense, para as áreas urbanas dos municípios costeiros, provocou um deslocamento do centro de gravidade demográfico em direção ao litoral, em particular para a sub-região de Macaé. Deste modo, assinala-se, também, um progressivo esvaziamento das forças vivas da área rural, em busca de um mercado de trabalho que não oferece oportunidades para a baixa qualificação.

Ao contrário do desenvolvimento que se verifica em consequência da indústria petrolífera, alguns setores da economia regional apresentam uma dinâmica de declínio ou de estagnação; em particular, a produção de açúcar, a pecuária bovina, a produção de alimentos e as olarias, atividades tradicionais, que sempre formaram a base econômica da região Norte Fluminense (GALVÃO, apud MONIÉ, 2003, p.273).

A indústria açucareira, na região em estudo, historicamente, foi marcada pelo conservadorismo de uma elite agrária, que nunca explorou as potencialidades dessa cadeia produtiva, colocando-se sempre na dependência das oscilações de preços e da evolução da demanda. A situação agravou-se, a partir dos anos 70, com a perda de espaço no mercado sucro-alcooleiro para usinas mais produtivas do estado de São Paulo.

Atualmente, verifica-se uma contínua crise na economia açucareira regional, que contrasta com a prosperidade do passado. Dentre os fatores que podemos apontar para esta crise estão principalmente: o crescente declínio na oferta de matéria-prima ocorrido em paralelo ao aumento superdimensionado do parque agroindustrial, em virtude do PROALCOOL na década de 1970; e o fim do subvencionismo estatal com a liberação de preços da cana-de-açúcar e do álcool, no início da década de 1990 (BARBOSA, 2003, p.133-137). Esses fatores acabaram por promover um acirramento da concorrência, levando ao fechamento de diversas usinas e, conseqüentemente, ao aumento do desemprego, agravando, assim, o processo de exclusão social.

O Norte Fluminense, em que pese o fato de ter recebido altos investimentos públicos e privados nos setores sucro-alcooleiro e petrolífero, tem se reproduzido nos últimos anos como uma região de consideráveis índices de indigência e pobreza, destacando-se, de modo positivo, apenas o município de Macaé. Em Campos dos Goytacazes, em 1970, esses índices eram de 30,80%, passando a 38,13% em 1980, elevando-se para 52,34% em 1991 e diminuindo para 28,88% em 2000. Para efeitos de comparação, durante o ano de 2000, o município de Macaé apresentou o índice de 6,52%, enquanto o do estado do Rio de Janeiro foi de 14,68% e a região alcançou o valor de 23,93%, o mais elevado índice regional no estado (CRUZ, 2004, p.85).

Na década de 1970, na região do Norte Fluminense, consolidou-se um mercado sazonal, em virtude da periodicidade da agroindústria canavieira, que apresentava um padrão de economia de base monocultora, na qual o trabalhador se insere em uma lógica de procura constante por serviços temporários, alternando-se entre a agroindústria, os serviços domésticos e os “biscates” em serviços de baixa remuneração, com freqüentes deslocamentos entre o campo e a cidade, dentro ou fora do seu município de origem. Esta situação viria a agravar-se no início da década de 1990, com a redução do número de trabalhadores

contratados pelas usinas, em consequência da modernização agrícola, que introduziu máquinas embarcadoras e colheitadeiras (BARBOSA, 2003, p.137).

A extração de petróleo tem sido fator determinante para a diversificação e a diferenciação internas da economia, da sociedade e do espaço regional, tendo gerado 10.000 empregos diretos na Petrobras, na década de 1980, que, após 25 anos, com um longo processo de reestruturação e de integração, alcançou elevado padrão de eficiência e de produtividade. Atualmente, são totalizados 34.900 empregos na atividade petrolífera, sendo que, destes, 6.900 na Petrobras e 28.000 nas prestadoras de serviços, que somam 3.500 empresas fornecedoras. Os impactos mais significativos no espaço regional se fizeram sentir no município de Macaé, visto que foi aí que se concentraram a infra-estrutura e a logística do complexo que apóia as atividades de exploração de petróleo em bacia continental. “Os investimentos em capital fixo, em Macaé, incluem o complexo da sede, o parque de tubos, o porto de Imbetiba e o terminal de Cabiúnas, com 4.000 km de tubos submarinos. Em Campos dos Goytacazes, há o aeroporto do Farol de S. Tomé” (CRUZ, 2004, p.93-94).

Em Macaé as autoridades locais defrontam-se com o duplo desafio: garantir a competitividade local na economia da atividade petrolífera e diversificar a economia dessa sub-região, de forma a preparar-se para um futuro que aponta para o esgotamento das reservas de petróleo. Em uma instância imediata, já se faz necessária a solução de problemas sociais, tais como favelização, degradação da infra-estrutura urbana, precariedade dos transportes, da educação e da saúde, revelados pelas novas demandas ocasionadas pela rápida ascensão econômica do município nos últimos anos, que provocou um aumento acelerado da população e a presença de um grande número de novos atores econômicos. Com relação ao alto grau de especialização da economia macaense no setor petrolífero, pode-se citar Monié (2003, p.278):

Observamos, em Macaé e nos demais municípios da bacia, uma pulverização das iniciativas que ilustra a dificuldade de elaborar políticas públicas alternativas capazes de inserir este conjunto de empreendimentos sociais e técnicos num projeto de desenvolvimento territorial. (...) A diversificação do tecido produtivo impõe-se como uma prioridade frente a qual o poder local carece, por enquanto, de objetivos claramente definidos e suscetíveis de garantir o crescimento e o desenvolvimento da cidade e de sua hinterlândia próxima.

Diferentemente de Macaé, o município de Campos dos Goytacazes não abriga instalações ou empresas que atuem diretamente ligadas à atividade petrolífera. Usinas que já encerraram suas atividades ou se encontram em estado de abandono marcam a paisagem campista. Das usinas que restaram em todo Norte Fluminense, entre as 19 que existiam na década de 1970, apenas nove continuam em operação, sendo que abaixo da capacidade instalada, assim como as olarias mantêm suas atividades de forma precária. A região em pauta, que, no passado, se amparava em um modelo nacional-desenvolvimentista, hoje em crise, deixa transparecer as carências produzidas por uma economia regional, que se revela com uma baixa produtividade em razão da decadência das atividades tradicionais.

A economia de Campos dos Goytacazes defronta-se com dificuldades para sair de um ciclo agropastoril e parece que a expectativa das autoridades locais está baseada na escolha do município, pelo Governo Federal, para a construção de uma refinaria (RENORTE), quanto no “transbordamento” da infra-estrutura logística do petróleo, que, hoje, ocupa exclusivamente o espaço territorial de Macaé, inaugurando, assim, um novo ciclo produtivo, gerando emprego e renda para a população local.

Neste cenário, as necessidades que se impõem no processo de reorganização do espaço regional apresentam-se em dimensões opostas entre os espaços polarizados pelos municípios de Macaé e de Campos dos Goytacazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fato de as refinarias terem sido projetadas antes de o país conhecer suas reservas, a configuração dos equipamentos petrolíferos localizam-se em pontos distantes de sua principal área de produção. O petróleo produzido na região é transportado por oleodutos às unidades de beneficiamento e distribuição em outro lugar. Não existe internalização das etapas de beneficiamento da cadeia produtiva do petróleo, o que limita a difusão espacial e social de seus benefícios. O mesmo aconteceu na agroindústria açucareira, que se dedicava apenas à produção de açúcar e álcool, não internalizando o beneficiamento dos seus diversos subprodutos.

Portanto, os recursos do petróleo, assim como os da agroindústria, são drenados da região, com as atividades localizadas em seu espaço territorial encontrando sua racionalidade e seu impulso dinâmico em outro lugar. Desta forma, ambos os complexos obedecem ao padrão polarizado, concentrado e restrito, contribuindo para a reprodução do padrão tradicional.

Segundo Ajara(2006):

A aparente desconcentração industrial registrada merece algumas qualificações, uma vez que os fracos encadeamentos com a economia regional, na qual se insere a exploração do petróleo, sinalizam para um reduzido impacto da atividade extrativa, do ponto de vista do desenvolvimento regional. Por outro lado, as características dessa desconcentração não se prenderam a novos determinantes da localização industrial ditados por um patamar mais elevado de atualização tecnológica, mas sim a um perfil de investimento no setor industrial associado à exploração de recursos naturais, numa vertente que guarda sintonia com etapas anteriores do processo de desenvolvimento industrial. Desta forma, parece mais apropriado tomar o que ocorre na Bacia de Campos e o impacto decorrente sobre as mesorregiões Norte Fluminense e Baixadas muito mais como a expressão de um processo de crescimento econômico fragmentado do que como a manifestação de um movimento de desconcentração do crescimento econômico, particularmente, industrial, no território fluminense.

Percebe-se uma diferenciação no perfil econômico e no tecido produtivo, entre as áreas de influência dos principais pólos, Campos dos Goytacazes e Macaé. Em que pese a importância do crescimento significativo do setor de serviços ligados à área de ensino, Campos dos Goytacazes e seu entorno permanecem ainda muito ligados às atividades tradicionais da indústria de cerâmica, da agropecuária e da agroindústria açucareira, hoje mais moderna em termos de tecnologia e emprego.

Macaé, com a presença da atividade petrolífera, transformou-se em cidade de porte intermediário com uma dinâmica produtiva totalmente renovada, ligada aos circuitos mundiais da economia, colocando-se como um dos mais importantes pólos de investimentos do estado do Rio de Janeiro.

Os resultados encontrados evidenciam a importância da instalação da base de operações da Petrobras em Macaé, bem como, do pagamento dos vultosos valores dos *royalties*, na elevação da capacidade de auto alavancagem dos municípios em suas respectivas dinâmicas de desenvolvimento local. Ressalta-se, contudo, que a internalização desses benefícios não parece estar atuando, com a mesma intensidade, na redução dos níveis

de exclusão social existentes na região. Fica também evidente a fraca expressão dos investimentos voltados à diversificação do tecido produtivo regional em base auto-sustentada. A oferta de empregos é fortemente influenciada pela presença da Petrobras. O declínio da agroindústria açucareira libera mão-de-obra, cujo perfil não se enquadra nos novos setores que respondem pela maioria dos postos de trabalho oferecidos. Os níveis de indigência apresentados pelo Norte Fluminense tornam verdadeira a forma de se referir a estes municípios por Rodrigo Serra, “Cidade rica, povo pobre”.

Conforme já mencionado um mercado aberto à competição seleciona espaços, eliminando-os, consolidando-os, interferindo em processos de hierarquizações, redefinindo áreas de mercado e espaços geográficos. Os reflexos deste fenômeno podem ser constatados na redefinição das alianças locais, representado pela criação da OMPETRO que congrega municípios costeiros, beneficiários dos *royalties* do petróleo . Politicamente são relegados a um segundo plano os municípios mais interioranos, que conformam um recorte ainda ligado a atividades tradicionais.

Referências Bibliográficas

- AJARA, 2006 **Configurações econômico-espaciais recentes no Estado do Rio de Janeiro**. In: Livro ENCE 50 anos (no prelo).
- ANP. Agência Nacional do Petróleo. Disponível em <http://www.anp.gov.br/participação_gov/royalties.asp>;
- BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A Constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na região Norte Fluminense. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003, p. 111-148.
- CAGED. Cadastro Geral de empregados e desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego. Base de dados on line.
- CIDE. Fundação Centro de Informações e dados do Rio de Janeiro. Anuário estatístico disponível em www.cide.rj.gov.br
- CEFET/NEED (2002a): A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: Um enfoque sobre Campos e Macaé. In: OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. **Boletim técnico**. Campos dos Goytacazes, n. 1, abril 2002. Disponível em <<http://www.cefetcamposbr/observatorio>>. Acesso em 13 de junho de 2005.
- _____. Uma análise da cadeia produtiva de cana-de-açúcar na região Norte Fluminense. In: OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. **Boletim técnico**. Campos dos Goytacazes, n. 1, março 2001. Disponível em <<http://www.cefetcamposbr/observatorio>>. Acesso em 13 de junho de 2005.
- CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Hierarquia urbana e qualidade de vida do norte-noroeste fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004, p. 285-305.
- CRUZ, José Luiz Vianna da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Edit., 2004, p. 77-116.
- _____. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional, 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/291/boltec291c.htm>>. Acesso em 29 de junho de 2005.
- ERVATTI, Leila Regina. **Dinâmica migratória no estado do Rio de Janeiro na década de 90: uma análise mesorregional**. 2^o semestre 2003, 154p. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social). IBGE/ENCE, Rio de Janeiro.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco Multidimensional de Estatísticas.
- LEAL, José Agostinho; SERRA, Rodrigo. Uma investigação sobre os critérios de repartição dos royalties petrolíferos. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 2, p.163-184.
- MONIÉ, Frederic. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 3, p.257-285.

NASCIMENTO, Renata Leite Pinto do. **O impacto da Petrobras no município de Macaé: uma análise da mudança urbana e na estrutura do emprego.** 1^o semestre 1999, 109p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ/Ippur, Rio de Janeiro.

PENALVA SANTOS, Ângela Moulin S. Economia espaço e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 228p.

PESSANHA, Roberto Moraes. Favelas e comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo.** Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004, p. 307-332.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 3, p. 219-237.

SERRA, Rodrigo; PATRÃO, Carla. Impropropriedades dos critérios de distribuição dos *royalties* no Brasil. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 2, p. 185-216.

_____. Uma agenda para os municípios "novos ricos" beneficiários dos *royalties* do petróleo. Disponível em <<http://www.energiahoje.com.br/artigos.asp>>. Acesso em 05 de julho de 2004.

PIRES NETO, Artur de Freitas. **Transformações sócio-espaciais no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos hidrocarbonetos.** 2^o semestre 2005, 117p. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais). ENCE/IBGE, Rio de Janeiro.

SOUZA, Farley Santos Pereira de. **Os impactos da atividade petrolífera nas dinâmicas territoriais da Bacia de Campos – RJ.** In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFOS. Goiânia, 2004. Disponível em <http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo2/E2_125.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2004.

TERRA, Denise Cunha Tavares. Economia petrolífera na bacia de Campos e reestruturação do espaço regional: uma ótica sob a divisão regional do trabalho. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. Rio de Janeiro, 2004, 31p.

UNICAMP. Dono das maiores reservas brasileiras de petróleo, o Rio de Janeiro renasce e cria oportunidades para grandes e pequenos negócios. In: Artigo exame 3. 31/01/2001. Disponível em <<http://www.dep.fem.unicamp.br/boletim/BE08>>. Acesso em 05 de julho de 2005.